



Ensaio

O espírito do capitalismo e a docência na educação a distância

The spirit of capitalism and the teaching in distance education

El espíritu del capitalismo y la enseñanza en la educación a distancia

Braian Veloso¹

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras-MG, Brasil

Resumo

A docência na Educação a Distância (EaD) se caracteriza, dentre outras coisas, pela racionalização do trabalho. Nesse sentido, são comuns as pesquisas que buscam analisá-la a partir de uma perspectiva materialista. Para além das especificidades do modo de produção capitalista e sua influência nas superestruturas, acredita-se que é preciso considerar as relações entre a configuração do trabalho docente nessa modalidade e o sentido subjetivo atribuído à ação social. Assim, o objetivo desta investigação é analisar a docência na EaD à luz da sociologia compreensiva. Trata-se de um ensaio teórico que aborda, precisamente, a teoria weberiana. Como instrumento metodológico, tem-se o tipo ideal que possibilita construir abstrações da realidade social. Mais especificamente, são constituídas, neste estudo, tipologias referentes ao trabalho capitalista contemporâneo – e sua ética própria – e a docência na EaD em cursos que adotam uma abordagem sistêmica. Por meio das discussões apresentadas, sugere-se que as atividades dos profissionais docentes na modalidade se orientam por um ideário atrelado ao modo de produção capitalista. Para garantir o sucesso no trabalho, a docência está assentada numa ordem legítima que influi decisivamente no sentido subjetivo atribuído ao agir. Noutras palavras, supõe-se que os profissionais introjetam aspectos atinentes à ética capitalista que permeia o trabalho na contemporaneidade. Supera-se, portanto, o caráter tradicionalista da docência na educação presencial, fazendo com que os docentes da EaD se sujeitem às condições da modalidade, quais sejam: burocratização e conseqüente racionalização das funções a fim de atingir ideais de produtividade.

Abstract

Teaching in distance education is characterized, among other things, by the rationalization of work. In this sense, research that seeks to analyze it from a materialistic perspective of history is common. In addition to the specificities of the capitalist mode of production and its influence on superstructures, it is believed that it is necessary to consider the relationships between the configuration of teaching work in this modality and the subjective meaning attributed to social action. Thus, the aim of this investigation is to analyze teaching in distance education in the light of comprehensive sociological

¹ Docente no Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino (DPE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Doutor em Educação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens da Universidade Federal de São Carlos (Grupo Horizonte-UFSCar). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-9459-574>. E-mail: braian.veloso@ufla.br

theory. It is a theoretical essay that addresses, precisely, the Weberian theory. As a methodological instrument, we have the ideal type that makes it possible to build abstractions of social reality. More precisely, in this study, typologies referring to contemporary capitalist work - and their own ethics - and teaching in distance education in courses that adopt a systemic approach are constituted. Through the discussions presented, it is suggested that the activities of teaching professionals in the modality are guided by an ideal linked to the capitalist production mode. To guarantee success at work, the teaching work is based on a legitimate order that has a decisive influence on the subjective sense attributed to the action. In other words, it is assumed that professionals introject aspects pertaining to the capitalist ethics that permeates contemporary work. Therefore, the traditionalist character of teaching in face-to-face education is overcome, making distance education teachers subject to the conditions of the modality, namely: bureaucratization and consequent rationalization of functions in order to achieve ideals of productivity.

Resumen

La docencia en Educación a Distancia (ED) se caracteriza, entre otras cosas, por la racionalización del trabajo. En este sentido, son comunes las investigaciones que buscan analizarlo desde una perspectiva materialista de la historia. Además de las especificidades del modo de producción capitalista y su influencia sobre las superestructuras, se cree necesario considerar las relaciones entre la configuración del trabajo docente en esta modalidad y el sentido subjetivo atribuido a la acción social. Así, el objetivo de esta investigación es analizar la enseñanza en la educación a distancia a la luz de la sociología de Max Weber. Es un ensayo teórico que aborda, precisamente, la teoría weberiana. Como instrumento metodológico, existe el tipo ideal que permite construir abstracciones de la realidad social. Más específicamente, se constituyen en este estudio tipologías referidas al trabajo capitalista contemporáneo -y su propia ética- y la enseñanza en la educación a distancia en cursos que adoptan un enfoque sistémico. A través de las discusiones presentadas, se sugiere que las actividades de los profesionales de la enseñanza en la modalidad están guiadas por una ideología ligada al modo de producción capitalista. Para garantizar el éxito en el trabajo, el trabajo docente se fundamenta en un orden legítimo que influye decisivamente en el sentido subjetivo que se atribuye al actuar. En otras palabras, se supone que los profesionales introyectan aspectos relacionados con la ética capitalista que permea el trabajo en la contemporaneidad. Por lo tanto, se supera el carácter tradicionalista de la docencia en la educación presencial, sometiendo a los docentes de ED a las condiciones propias de la modalidad, a saber: burocratización y consecuente racionalización de funciones a fin de alcanzar ideales de productividad.

Palavras-chave: Educação a distância, Condições do trabalho docente, Capitalismo.

Keywords: Distance education, Teaching conditions, Social behavior.

Palabras clave: Educación a distancia, Condiciones de trabajo docente, Capitalismo.

1. Introdução

O trabalho docente na Educação a Distância (EaD) vem sendo assaz analisado a partir de uma concepção materialista. Parte-se das condições históricas e, notadamente, materiais na tentativa de apreender as especificidades que delineiam a docência na modalidade. É certo que as funções dos profissionais que atuam em cursos a distância são, em muitos sentidos, diametralmente distintas da educação presencial, principalmente se considerarmos a divisão técnica do trabalho e a racionalização das atividades.

Sumariamente, pode-se afirmar que a EaD se orienta por uma lógica atrelada ao ideário capitalista que incide sobre a configuração e a organização da docência. Mas acreditamos que as condições materiais, muito além de definirem as superestruturas, têm implicações diretas para o sentido subjetivo atribuído à ação social. Partindo desse pressuposto, este ensaio teórico tem, como objetivo, analisar a docência na EaD à luz da sociologia compreensiva. Precisamente, procuramos relacionar o espírito do capitalismo com o trabalho docente em cursos a distância que adotam uma abordagem sistêmica.

Para estabelecer as relações de causalidade, utilizamos o tipo ideal enquanto ferramenta metodológica com vistas a construir abstrações da realidade social. Ferramenta esta que, na primeira seção do texto, buscamos definir teoricamente. Depois disso, estabelecemos aquilo que, no artigo, compreendemos como trabalho capitalista contemporâneo permeado por uma ética própria que é decisiva no sentido subjetivo atribuído ao agir social. Em seguida, elaboramos o tipo ideal a respeito da docência na EaD, tendo, como tipo puro, os cursos a distância de maior complexidade e duração, como as graduações e pós-graduações que adotam uma abordagem sistêmica.

Constituídas as tipologias, partimos para uma análise objetivando identificar relações causais, procurando entender como o espírito do capitalismo e sua ética são importantes para a manutenção e o êxito do trabalho na modalidade a distância que rompe com o caráter tradicionalista do trabalho na educação presencial. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais buscando contribuir para o debate da temática.

2. A construção dos tipos ideais que sustentam nossa análise

Cabe-nos precisar que este empreendimento analítico não se volta à gênese do assim chamado espírito do capitalismo. Tampouco remetemos às relações estabelecidas entre tal espírito e a ética protestante. Porquanto, como Weber (2013, p. 73) pontua, esse modo de vida próprio da sociedade capitalista moderna “não mais precisa de apoio de nenhuma força religiosa, e percebe as tentativas da religião de influenciar a vida econômica, assim que elas possam ser percebidas, como sendo interferência tão injustificada quanto a regulação estatal”.

O que nos interessa são as características latentes – ou, em certas circunstâncias, patentes – do trabalho docente no contexto da Educação a Distância que nos parece estar imbuído de uma ética própria erigida a partir de um trabalho racionalizado e altamente produtivo como uma espécie de fim em si mesmo. Isso não significa, obviamente, que a docência na modalidade esteja desvencilhada da elaboração de objetivos que delimitam os meios mais adequados para a consecução do trabalho. Caso isso fosse verdade, não seria sobremodo evidente a existência de uma ação racional com relação a fins no cerne do processo de ensino ou de mediação pedagógica. Mas o ponto nevrálgico deste ensaio é o espírito do capitalismo enquanto conduta de vida capaz de sobrepujar o caráter tradicionalista das atividades.

Para estabelecer as relações de causalidade que aqui pretendemos, torna-se preciso, desde logo, deslindar o sentido de duas tipologias principais que nos servirão de alicerce analítico, quais sejam, o trabalho capitalista contemporâneo e a docência na EaD. Nesse sentido, recorreremos àquele

instrumento de análise fundante na sociologia compreensiva de Max Weber, ou seja, o tipo ideal. Sua construção tem, dentro das investigações empíricas, o único fim de comparar a realidade, estabelecendo o contraste ou a divergência; ou, ainda, uma aproximação relativa, objetivando descrever, compreender ou explicar o fenômeno social mediante imputação causal com os conceitos compreensíveis ou os mais unívocos possíveis (WEBER, 2016).

O tipo ideal serve de guia para a elaboração de hipóteses com base na abstração da realidade fundamentada na experiência e disciplinada por um método rigoroso (MORAES; FILHO; DIAS, 2003). Por meio da elaboração de tipologias, o cientista confronta suas hipóteses com a informação empírica disponível, considerando-as, rejeitando-as ou, eventualmente, modificando-as em função das concordâncias ou discordâncias referentes a essa confrontação (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016).

Na medida em que se trata de um recorte do fenômeno investigado, o tipo ideal não é capaz de apreender o objeto de estudo esgotando as relações causais possíveis. Aliás, os conceitos históricos, dados os seus objetivos metodológicos e por razão de sua natureza intrínseca, “tentam não agarrar a realidade histórica em fórmulas gerais abstratas, mas em conjunto genéticos concretos de relações que são inevitavelmente de um caráter especificamente único e individual” (WEBER, 2013, p. 52).

Decerto, outros olhares para o mesmo fenômeno podem resultar em apreensões díssimes da realidade social. De tal sorte que nossa análise, até pelo exíguo espaço destas páginas, não se pretende altiva a ponto de invalidar ou substituir outras possíveis explicações para o mesmo objeto investigado, isto é, a docência no contexto da EaD. Buscamos, pois, lançar luzes sobre o trabalho docente nessa modalidade partindo de uma ótica weberiana, com vistas a contribuir para os debates que têm se estabelecido na área. Debates estes que decorrem, dentre outros aspectos, da expansão vertiginosa dos cursos a distância nos últimos anos.

Posto isso, entendemos que a definição dos tipos ideais que aqui iremos constituir só poderá ser observada em sua totalidade *a posteriori*. Porque os meandros que perpassam este empreendimento analítico perfilam as características mais importantes das tipologias apresentadas. Noutros termos, as definições do trabalho capitalista contemporâneo e da docência na EaD só farão total sentido, aqui, a partir da construção teórica calcada nas evidências empíricas e na apreensão da realidade social.

Weber (2013), em sua análise sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, assevera que o conceito final e definitivo dos tipos ideais que estabelece não pode estar presente no início da investigação, mas deverá vir ao final. Nosso estudo parte desse pressuposto e entende que, em razão das complexidades que envolvem o fenômeno analisado, qualquer definição conceitual tende à imprecisão se não resultar de uma construção pormenorizada do objeto. Nas partes que se seguem, debruçamo-nos sobre esse esforço teórico, a saber, apresentar as principais características que circunscrevem o trabalho capitalista contemporâneo e a docência na EaD em consonância com os nossos interesses de pesquisa. Não obstante, reiteramos que a constituição dos tipos ideais só se concretiza, satisfatoriamente, a partir da totalidade da discussão apresentada neste artigo.

3. O trabalho capitalista contemporâneo

A contribuição weberiana no que toca à sociologia da dominação é pujante, com especial atenção para a dominação legal. Esta que possui, como tipo tecnicamente mais puro, a burocracia. É de fundamental importância compreendermos a dominação burocrática, haja vista a sua influência na sociedade coetânea e, mormente, no capitalismo moderno. Consoante Weber (2015, p. 212):

[...] A relação entre um mecanismo burocrático plenamente desenvolvido e as outras formas é análoga à relação entre uma máquina e os métodos não-mecânicos de produção de bens. Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática (especialmente monocrática) exercida por funcionários individuais treinados, em comparação com todas as formas colegiais ou exercidas como atividade honorária ou acessória. Quando se trata de tarefas complexas, o trabalho burocrático remunerado não apenas é mais preciso, como também muitas vezes mais barato no resultado final do que o formalmente não-remunerado, honorário.

A burocracia pode ser entendida como um corolário do desenvolvimento da técnica e da ciência. Ela é aprazível num modo de produção que prima pela racionalidade das atividades envolvidas nos processos de trabalho. Em sociedades que se encontram sob a égide de um Estado capitalista, a dominação burocrática perpassa os mais distintos contextos como forma de racionalizar as condutas de vida. Tem-se, evidentemente, variadas implicações que resultam dessa racionalização, dentre as quais podemos destacar, como afirma Weber (2015), a capacidade de “desumanizar” as relações sociais. A burocracia tem, como qualidade específica bem-vinda ao capitalismo, “a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais” (WEBER, 2015, p. 213).

O funcionário especializado, típico do modo de produção capitalista, não se envolve pessoalmente com o seu trabalho que se torna mais objetivo à medida que o aparato burocrático se complica e se especializa (WEBER, 2015). Todavia, isso não significa que inexistam, no capitalismo, trabalhadores num sentido altamente técnico do termo cujas ações sociais sejam orientadas mais por valores, afeto e tradição. Estamos falando, em verdade, de um tipo mais puro da dominação legal tão caro à sociedade capitalista, isto é, a burocracia. Por sua vez, o tipo ideal, como já definimos, permite-nos apreender o objeto analisado e, simultaneamente, construí-lo, objetificando a realidade social (VIEIRA, 1993).

Para legitimar-se e, conseqüentemente, tornar-se perene, a racionalização do trabalho não está subsumida tão somente ao aparato burocrático. Grosso modo, a ação social e, mais especificamente, as relações sociais, podem orientar-se na representação da existência de uma ordem legítima (WEBER, 2016). Com uma influência recrudescida no sentido subjetivo

atribuído ao agir se comparada ao costume e ao hábito, a ordem pode orientar o desenvolvimento da ação social de diferentes maneiras, não apenas por cumprimento do seu sentido, mas também naqueles casos em que esse sentido é desvirtuado ou alterado.

Vê-se, em Weber (2016), que a legitimidade de uma ordem pode ser garantida de forma altamente subjetiva, por razões como: afeto e entrega sentimental; crença em uma suposta validade absoluta como expressão de valores últimos gerais e obrigatórios, gerando deveres morais estéticos ou de qualquer outra natureza e; crença ou convicção de que da sua observação depende a obtenção de bens de salvação num sentido espiritual – e a esta justificativa tem-se, por sua vez, a religião. A ordem que se pretende legítima também pode orientar-se pela expectativa de determinadas consequências externas. Ademais, para Weber (2016, p. 647-648), ela pode ser dividida em duas tipologias:

- a) Convenção: quando a sua validade é garantida externamente pela possibilidade de que, dentro de um determinado círculo de homens, um comportamento discordante deverá encontrar uma (relativa) reprovação geral e praticamente sensível.
- b) Direito: quando a validade é garantida externamente pela possibilidade de coação (física ou psíquica) que é exercida por um conjunto de indivíduos instituídos com a missão de obrigar a observância desta ordem ou de castigar e punir a sua transgressão.

Quando mantida apenas por motivos racionais em relação a fins a ordem é, comumente, muito mais frágil do que quando surge com o prestígio da legitimidade (WEBER, 2016). Ora, a racionalização das relações humanas, como forma de elencar os meios mais adequados para se atingir objetivos predeterminados, pode não ser, por si só, suficiente para assegurar a influência decisiva no sentido subjetivo atribuído à ação social.

Variadas e complexas seriam as justificativas que, nestas páginas, poderiam ser arroladas como subjacentes à existência de uma ordem legítima. Lançaremos mão, no entanto, de uma delas que Weber se propõe a perscrutar, qual seja, o espírito do capitalismo². Trata-se de uma garantia de legitimidade concernente às razões intrínsecas que um indivíduo, justamente por receio da resistência ou da reprovação real que poderá ser percebida em face de outras pessoas ou circunstâncias, procura seguir em razão do sentimento de pertença àquele determinado círculo social. Pretendemos elucidar que, muito embora não esteja mais atrelada às justificativas unicamente espirituais e, em especial, protestantes, o espírito do capitalismo, por motivos diversos como as exigências da própria honra e da ordem econômica, ainda orienta, em grande medida, a ação social e as condutas de vida.

Novamente em Weber (2013), observamos que o impulso para a obtenção de ganho e dinheiro não é, em si mesmo, próprio da sociedade

² Tal como já mencionado, não iremos discorrer sobre as relações que Weber (2013) estabelece entre o espírito do capitalismo e a ética protestante. Até porque, como o próprio sociólogo afirma, essas relações se arrefecem no capitalismo moderno, uma vez que as justificativas religiosas, muito embora tenham sido decisivas em sua gênese, não mais determinam, em grande medida, o trabalho contemporâneo.

capitalista. “Mas o capitalismo é idêntico à perseguição do lucro, e o lucro eternamente *renovado*, por meio do contínuo, racional, empreendimento capitalista” (WEBER, 2013, p. 17, grifo em itálico do autor). Valendo-se da análise weberiana, constatamos que os pilares desse modo de produção se sustentam numa crença na aquisição de capital e conseqüente sucesso no trabalho como uma espécie de fim em si mesmo³.

O espírito do capitalismo, para a sociologia compreensiva, não está intimamente relacionado ao acúmulo de riquezas com vistas a uma conduta de vida pródiga. A frugalidade é, na verdade, a essência daquele que busca, em atendimento à sua vocação, o êxito nas atividades – especificamente aquelas capitalistas de exploração da força de trabalho. Portanto, desse espírito – mas não somente dele – decorrem algumas implicações que culminam no tipo ideal que, para fins de análise, interessa-nos neste artigo: o trabalho capitalista contemporâneo. Deste, temos, em princípio, uma característica basilar, quer dizer, a organização racional das atividades dos trabalhadores. O uso da técnica e do conhecimento científico, imprescindíveis às condições de vida das massas – e também ao sucesso no empreendimento capitalista –, foi encorajado por considerações econômicas favoráveis (WEBER, 2013). A burocracia, como forma de desumanizar e tornar mais eficiente o processo produtivo, racionaliza as atividades dos trabalhadores por meio da divisão das tarefas.

Pois bem, a organização racional das funções dos indivíduos que compõem o coletivo de uma determinada atividade é uma característica inofismável do trabalho capitalista moderno. Essa evidência empírica já vem sendo discutida há muito tempo por pesquisadores das mais distintas áreas. As concepções taylorista e fordista, à guisa de exemplo, já demonstram especificidades do trabalho orientado à luz da burocratização e da racionalização das relações humanas. O que queremos mostrar, aqui, é que há algo a mais nessa discussão que nos serve de esteio à construção do tipo ideal. Referimo-nos à existência de um hábito que, historicamente, torna-se⁴ uma ordem legítima que orienta a ação social tanto por razões subjetivas quanto, atualmente, por pressões externas.

O espírito do capitalismo, como entrega à vocação e conseqüente perseguição do lucro e do sucesso, alinha os interesses individuais àqueles macrossociais. Mais eficiente do que um estatuto racional que baliza as atividades, a introjeção de valores oriundos de uma conduta de vida sustentada por uma ordem legítima assegura com mais garantias a manutenção das características essenciais do trabalho capitalista contemporâneo. Weber (2013) nos mostra isso ao discutir que algumas atitudes racionais e lógicas, como o aumento de salários, não são, por vezes, suficientes para aumentar a produtividade. Há algo além no empreendimento capitalista que, na análise weberiana, tem que ver com a espiritualidade.

³ A nós, seria pretensiosa uma tentativa de desvelar, neste artigo, o conceito cabal do espírito do capitalismo que Weber apresenta na totalidade de uma de suas obras. Portanto, contentamo-nos com a apresentação de algumas características principais que são importantes para a nossa análise. É óbvio que, para o leitor ou a leitora compreender o conceito preciso do espírito capitalista, deverá se debruçar sobre os estudos weberianos.

⁴ Weber (2016; 2015) nos mostra que as transições entre as suas tipologias são, por vezes, imprecisas ou de difícil apreensão. Portanto, a mudança de um costume para um hábito que, posteriormente, transforma-se numa ordem legítima não é muito clara. Não iremos nos estender sobre isso por não ser o foco de análise.

Entretanto, como Weber (2013) ressalta, a influência da religião se dilui no desenvolvimento do capitalismo moderno. Com efeito, outras tantas circunstâncias sociais e históricas influem no sentido subjetivo atribuído à ação social da mesma forma que na constituição do espírito capitalista na contemporaneidade. Nosso empreendimento analítico não se direciona ao entendimento dessa gênese ou mesmo às relações de causalidade que se dão nesse processo. Enfocamos as características do trabalho coetâneo que nos serão úteis para as correlações que faremos mais à frente.

Um das particularidades é, assim como Weber (2013) evidencia, a tendência à racionalização como uma máxima a ser seguida por todos aqueles que desejam se manter num determinado círculo social ou mesmo em atividades sujeitas à dominação burocrática ou ao espírito do capitalismo. “Aquele que não adaptar seu modo de vida às condições de sucesso capitalista deve sucumbir ou, pelo menos, não poderá elevar-se” (WEBER, 2013, p. 73). O sociólogo se refere, mais precisamente, aos detentores dos meios de produção, ou seja, aos empreendedores que lançam mão do trabalho assalariado livre. Mas acreditamos que essa conduta de vida, sustentada por uma ordem legítima, transcende a subjetividade da ação social do capitalista e se estende à dos trabalhadores. Adequar-se aos ideais de produtividade como pressuposto para o sucesso vocacional faz com que os indivíduos se sujeitem à racionalização do trabalho.

Aliás, numa sociedade que recorre a formas de flexibilização⁵, apoiar-se em mecanismos que introjetam nos sujeitos determinadas condutas de vida para além dos estatutos legais é ainda mais necessário. Para Bauman (2001), o capitalismo marcado pela organização fordista era direcionado por aqueles que ditavam as leis e projetavam as rotinas, ou seja, pelos supervisores. O modo de produção capitalista flexível, por seu turno, muito embora não tenha tornado dispensável a figura daquele que coordena, abre espaço para a coexistência de autoridades em número tão grande que nenhuma se torna perene ou atinge o status de exclusividade. “As autoridades não mais ordenam; elas se tornam agradáveis a quem escolhe; tentam e seduzem” (BAUMAN, 2001, p. 83).

Sob a compreensão de Pires (2021), as novas formas de produção, global e interconectadas em rede, ensejam novos modos de organização do trabalho e, por consequência, novos perfis de trabalhadores. Segundo essa autora, o controle que antes era direto e centralizado, torna-se cada vez mais dependente de metas e resultados, estimulando o próprio trabalhador a desenvolver um sentimento positivo em relação às atividades exercidas.

Na análise de Antunes (2018), num contexto altamente marcado pelo capital financeiro, as empresas buscam, cada vez mais, garantir seus altos lucros por meio da transferência aos trabalhadores da pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, além da flexibilização dos contratos de trabalho. Para o autor, o capitalismo contemporâneo mostra-se multiforme, baseando-se na informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade para preservar-se e, conseqüentemente, ampliar-se. Antunes (2018) ainda afirma que,

⁵ Aqui, estamos tratando da reestruturação produtiva e de modelos de produção como o pós-fordismo e o toyotismo que, a partir de crises originadas na década de 1970, surgem como alternativas visando à manutenção do capitalismo. São mudanças sensíveis no trabalho que o tornam mais flexível, permeado por tecnologias digitais, mais ajustado às demandas dos consumidores, etc.

haja vista as interações entre trabalho vivo e trabalho morto como fundantes para a valorização do capital, aumenta-se a produtividade e os mecanismos de extração daquilo que, na teoria marxista, chama-se sobretrabalho mediante a expansão do trabalho morto corporificado também nos recursos tecnológicos. Essas e outras análises, na concepção do autor, contrariam as teses da finitude do trabalho e do fim da teoria de valor, mas, para nós, evidenciam também uma dependência cada vez maior, do capital, no que toca à colonização da subjetividade.

Na medida em que o modelo da fábrica fordista, com alta fiscalização dos movimentos no espaço e controle do tempo, cede a um trabalho extraterritorial, flexível, por vezes a distância e sob demanda, tende-se a uma maior preocupação com a construção de uma ética capitalista. Introjeta-se valores no trabalhador para que ele possa atender às exigências de produtividade. Sem uma fiscalização rígida de espaço e tempo, as influências na atribuição de sentido subjetivo à ação social se tornam necessárias no intuito de assegurar uma conduta própria bastante cara ao capitalismo, mormente na contemporaneidade. Nossa afirmação será mais coerente quando propusermos as relações de causalidade entre os tipos ideais constituídos neste texto. Por ora, contentamo-nos com a construção do conceito de trabalho capitalista contemporâneo.

4. A docência na educação a distância

A Educação a Distância possui uma complexa e racional organização do trabalho docente, sobretudo quando confrontada com aquele que seria um tipo ideal de docência na educação presencial. O argumento de estudiosos da área é que um único indivíduo não consegue reunir e realizar todas as atividades que compõem o intrincado processo de produção nos cursos ofertados por essa modalidade (LAPA; MILL, 2018). Há, desse modo, trabalhadores com formações distintas, incumbidos de cada um dos fragmentos do ensino que, conjugados, constituem a docência na EaD. As implicações dessa organização são diversas, como expropriação do conhecimento, redução de direitos trabalhistas, fragilização dos vínculos entre empregador e empregado, dentre outros.

Em que pesem tais características consideradas, em investigações mais críticas, perversas para a docência na modalidade, nossa análise se preocupa, ao menos nestas páginas, tão somente em evidenciar “o que é”, não desbordando para aquilo que, numa concepção weberiana, pode ser entendido como “o que deve ser” e, precisamente por seu teor valorativo, não cabe à consideração científica⁶. Seguindo no esforço de estabelecer um tipo ideal, reitera-se que, em propostas de cursos a distância, o trabalho não está, por praxe, concentrado na figura de apenas um professor (COSTA; VALLIN, 2014), dividindo-se em diferentes papéis que envolvem, inclusive, profissionais não-docentes.

⁶ Não estamos advogando, neste texto, uma neutralidade da ciência, pois outras pesquisas nossas possuem proposições críticas com relação à docência na EaD. Na medida em que este artigo busca estabelecer uma investigação estritamente weberiana, utilizando-se dos principais postulados da sociologia compreensiva, nossa perspectiva epistemológica, aqui, está coerente com aquela defendida por Max Weber.

As multifacetadas experiências de EaD que têm se constituído no Brasil, cada qual com suas especificidades atinentes à docência em si, influem na organização das atividades. Seria em demasia simplista a tentativa, neste texto, de apreender todas as múltiplas realidades que perfilam os cursos ofertados na modalidade. No entanto, o tipo mais puro da docência que nos interessa, para fins de análise, pode ser vislumbrado em cursos a distância com abordagem sistêmica⁷.

Colimando massificar o atendimento e, por consequência, democratizar e ampliar o acesso educacional, recorre-se a modelos de produção que concernem ao trabalho racional capitalista, como a separação entre os indivíduos que concebem e os que executam as funções. “Primeiro, é preciso reconhecer que nenhum indivíduo *é um professor nesse sistema, mas na verdade é o sistema que ensina*. Mesmo o conteúdo não é *propriedade* de um professor, mas o produto do consenso de um grupo” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 115, grifo em itálico dos autores). Dadas as necessidades de otimização do processo de trabalho, objetivando atender a um grande número de indivíduos dispersos no tempo e/ou no espaço, a docência, em sistemas de EaD, adota um modelo racional de organização e divisão das tarefas. E o aspecto fulcral diz respeito à sensível mudança numa profissão que, malgrado sua sujeição em muitos aspectos à lógica capitalista, tem, historicamente, resistido mais fortemente à superação do caráter artesanal quando comparada a outras áreas.

Para Schlesener (2017), a racionalidade técnica transforma paulatinamente todo o sistema de ensino no Brasil, originando modificações na forma de gestão administrativa, na distribuição dos financiamentos e na centralidade da avaliação, em atendimento ao ideário mercantilista oriundo de perspectivas neoliberais alinhadas às macroestruturais globais. A educação, independentemente da modalidade, tem incorporado tendências do trabalho capitalista contemporâneo. O que queremos evidenciar é que esse processo intensifica-se no contexto da EaD, em razão das necessidades de ampliação e democratização do atendimento.

De qualquer forma, a mercantilização da educação, especialmente do ensino superior, apresenta dimensões contraditórias, porque o trabalho docente, no âmbito das universidades, assenta-se, de acordo com a história, na ideia de autonomia intelectual (SCHLESENER, 2017). Sob uma ótica marxista, as contradições são próprias do capitalismo que é responsável, aliás, por engendrá-las. A coexistência entre um trabalho altamente racional e sujeito à lógica industrial e outro artesanal sob a égide de um ideal “não produtivo” é, a título de exemplo, um desses movimentos contraditórios da sociedade capitalista. Porém, mesmo as áreas que ainda resistem, de diferentes maneiras, à intensa racionalização das atividades tendem a ceder quando estão presentes algumas condições básicas. Uma delas é, como já dito, a necessidade de ampliar o processo produtivo, orientando-se pela máxima de persecução de lucros, ou

⁷ De acordo com Moore e Kearsley (2007), um sistema de EaD é constituído por todos os processos componentes que operam quando ocorre o ensino e a aprendizagem. Compreende, assim, aspectos como tecnologias, ensino, aprendizado, criação do programa/curso, gestão, política, organização, etc. Em propostas de EaD voltadas à graduação e à pós-graduação, por exemplo, dada a complexidade dos cursos, tem-se um intrincado sistema composto por subsistemas. Essa organização contribui, de diferentes formas, para a racionalização e a burocratização dos procedimentos e, conseqüentemente, do trabalho.

mesmo pela massificação do atendimento. Tomando emprestados os termos de Weber (2015, p. 541-542):

Uma máquina inanimada é espírito coagulado. Somente o fato de sê-lo proporciona-lhe o poder de forçar os homens a servir-lhe e de determinar, de modo tão dominante, o dia a dia de sua vida profissional, como é, de fato, o caso na fábrica. Espírito coagulado é também aquela máquina animada representada pela organização burocrática, com sua especialização do trabalho profissional treinado, sua delimitação das competências, seus regulamentos e suas relações de obediência hierarquicamente graduadas. Aliada à máquina morta, ela está ocupada em fabricar a forma externa daquela servidão do futuro, à qual, talvez um dia, os homens estarão obrigados a submeter-se sem resistência [...].

À esteira da burocratização da ação social e das relações humanas, determinadas áreas que, até então, preservaram seu caráter mais tradicionalista do trabalho acabam por entregar-se ao espírito capitalista quando isso se faz necessário ao capitalismo. É o caso da educação que, conservando, até quando pôde, suas características mais artesanais submete-se à racionalização ao passo que se entrega àqueles pilares que sustentam o trabalho na contemporaneidade. Tal processo é muito mais intenso na EaD que, adotando uma abordagem sistêmica e se guiando pela massificação do atendimento, condiciona-se à dominação burocrática e à consequente especialização e divisão das atividades docentes.

Apesar disso, o trabalho industrial, predominante sobretudo nas chamadas universidades abertas europeias na década de 1970, passa a coexistir, hodiernamente, com outro mais descentralizado e flexível que surge como resposta do capital às crises advindas do taylorismo-fordismo. Em ambas as configurações a concepção mercadológica se sustenta, tendo em vista que o “trabalho docente passou da forma artesanal, em que a preocupação e o objetivo eram com a formação cultural dos preceptores, para uma forma flexibilizada de trabalho, dependente e determinada pelos recursos tecnológicos” (SCHLESENER, 2017, p. 143). Trata-se de uma das contradições do modo de produção capitalista: a existência de um trabalho altamente racionalizado e fragmentado juntamente com outro mais flexível, descentralizado e permeado por tecnologias digitais. Neste, a produtividade, em consonância com a necessária ampliação do atendimento, deve buscar noutras formas de dominação a garantia da disciplina dos sujeitos, para além da fiscalização rígida dentro de uma instituição e sob os olhares do empregador. Porque, na EaD contemporânea, a separação no tempo e/ou no espaço possibilitada pelos recursos tecnológicos cria outras lógicas de organização e dominação que se mostram, em muitos aspectos, extraterritoriais.

No entendimento de Del Pino, Grützmann e Palau (2011), o fim do século XX trouxe modificações estruturais para o modo de produção capitalista, de maneira que novas formas de gestão combinadas com as tecnologias fizeram surgir novos postos de trabalho. Os autores afirmam que a flexibilização vem acompanhada de novas divisões nas atividades profissionais, incorrendo em perda de direitos trabalhistas. Em âmbito educacional, fica cada vez mais

“evidente a configuração de um processo de trabalho docente coletivo, mas ao mesmo tempo fragmentado, dividido” (DEL PINO; GRÜTZMANN; PALAU, 2011, p. 238). Com especial atenção à EaD, observa-se que, nessa modalidade, a docência é, geralmente, coletiva e partilhada, com o trabalho pedagógico realizado de maneira colaborativa e fragmentada (MILL; VELOSO, 2018).

Concomitantemente à separação das funções do professor em atividades exercidas por figuras docentes e não-docentes, tem-se a existência de pequenos grupos para a realização de um trabalho mais coletivo e compartilhado. Por via de regra, há um responsável por elaborar os conteúdos (materiais didáticos, atividades, avaliações, etc.), outro encarregado de aplicar esses conteúdos e coordenador uma equipe de trabalhadores docentes, e, por fim, existem os assim chamados tutores (mediadores, animadores, mentores ou quaisquer outras nomenclaturas) que podem ser virtuais ou presenciais.

A tutoria tem papel fundante nos cursos a distância, haja vista sua função de mediar o ensino-aprendizagem, atuando, geralmente, mais próxima dos discentes. Por certo, encontram-se outros tantos trabalhadores, como projetistas ou *designers* educacionais, técnicos de várias áreas, coordenadores, diagramadores, etc. Naquele tipo puro de EaD a que nos referimos, ou seja, que adota uma abordagem sistêmica para oferecer cursos de maior complexidade e duração, como graduações ou pós-graduações, o coletivo de profissionais é extenso e compõe o processo de produção que vai desde a concepção dos materiais e do curso até a aplicação e posterior avaliação.

A modalidade a distância, considerando-se sua dependência da tecnologia e da técnica, incorpora, como a história nos mostra, as características do trabalho capitalista mais facilmente e de maneira mais célere do que a educação presencial. Esta que, recalcitrante, resiste, especialmente no ensino superior e em algumas áreas como as ciências humanas, à superação do trabalho tradicionalista como forma de preservar a autonomia docente, mas também o caráter “não produtivo” de suas atividades. Por seu turno, a EaD tem incorporado, desde o surgimento das universidades abertas e a disseminação de uma abordagem sistêmica para os cursos, o modelo taylorista-fordista à medida que, de acordo com Del Pino, Grützmann e Palau (2011), também dá lugar a um modelo flexível de produção.

Vale salientar, aqui, que a docência nessa modalidade, numa sociedade altamente tecnológica e ubíqua⁸, lança mão da descentralização das funções como forma de se ajustar às novas demandas. Há uma nítida divisão entre concepção e execução que se desvela mediante a fragmentação das atividades docentes. Ademais, o trabalho se mostra mais flexível, uma vez que os profissionais podem atuar a distância e sem a exigência de cumprimento de uma carga horária rígida exercida no espaço físico da instituição. Em decorrência dessas características, há que se considerar que a garantia da produtividade e do atendimento às exigências do curso precisa estar calcada noutras formas de dominação, porquanto o trabalhador não está mais sob a fiscalização institucional delimitada pelas instalações físicas, como na educação presencial.

⁸ Sem grandes pormenores, o conceito de ubiquidade que utilizamos relaciona-se à ideia de que, na contemporaneidade, os dispositivos móveis possibilitam a conexão com a internet quase que de qualquer lugar. Isso faz com que os docentes da EaD possam – e muitas vezes necessitem – trabalhar sem uma definição clara de espaço físico ou temporal.

Nesse sentido, ao passo que a EaD se torna mais permeada e dependente de tecnologias digitais, grande parte da docência passa a ser exercida como teletrabalho. Este pode ser definido, grosso modo, como atividade em que empregador e empregados se encontram dispersos no tempo e no espaço, porém, mantêm-se conectados por meio de recursos tecnológicos telemáticos. Logo, os docentes exercem suas funções de ensino e mediação pedagógica de maneira mais flexível e aberta (OLIVEIRA; MILL, 2020). É importante caracterizar o teletrabalho, pois, sendo recorrente em experiências de EaD, permite-nos também constituir o tipo ideal aqui pretendido. Dadas as suas especificidades, que incluem a atuação em tempos e espaços flexíveis, observa-se que a docência, geralmente exercida em ambientes virtuais, requer maior disciplina e organização pessoal (OLIVEIRA; MILL, 2020). Isso quer dizer que, atuando a distância, por meio de ferramentas tecnológicas, sem controle direto e rígido, o docente precisa alinhar a sua subjetividade às demandas do empregador.

Além do mais, cita-se a peculiaridade de um trabalho ubíquo, possibilitado pelas tecnologias móveis. Como afirmam Oliveira e Mill (2020), a ubiquidade traz um novo invólucro para as atividades, uma vez que o trabalho passa a procurar pelo trabalhador. Novamente, ressaltamos a importância das influências que incidem sobre a atribuição de sentido subjetivo ao agir, porque a produtividade indissociável do empreendimento capitalista contemporâneo não se subtrai à flexibilidade advinda do teletrabalho. Ainda que o tempo e o espaço sejam flexíveis, garante-se o cumprimento das exigências impostas pela própria atuação na EaD. Portanto, o trabalho ubíquo não prescinde de um controle, mas este passa a estar menos relacionado à rígida fiscalização do empregador do que à construção de uma ética bastante específica capaz de sustentar ideais de produtividade.

O questionamento precípua que emerge dessa discussão é o seguinte: como a docência na EaD, estando à luz das concepções do trabalho capitalista contemporâneo, assegura a produtividade se os docentes atuam a distância sem controle rígido do espaço e tempo⁹ de trabalho? Aliás, como uma profissão que, historicamente, busca preservar seu caráter mais tradicionalista cede às novas formas de controle e fiscalização desinentes do modo de produção capitalista? A nós, parece complexo, cingidos numa análise incipiente, compreender como a EaD consegue obter sucesso nos ideais de produtividade e massificação do atendimento se o trabalho do professor¹⁰, ao menos na educação presencial, ainda preserva elementos mais tradicionalistas e se, para além disso, as formas de dominação nessa modalidade se apresentam extraterritoriais e não podem contar com os elementos empedernidos de controle que estão presentes nas

⁹ O controle do tempo de trabalho existe na EaD. O que estamos dizendo é que ele não é engessado como na educação presencial. Para exemplificar, o docente nessa modalidade possui uma carga horária específica definida pela instituição, mas esse tempo de trabalho é distribuído de modo flexível. Ele pode, por exemplo, atuar nos fins de semana, à noite, em momentos que seriam de lazer, etc.

¹⁰ É fundamental destacar que a docência na EaD, devido ao seu desenvolvimento relativamente tardio no Brasil, é exercida por muitos profissionais que se formaram por meio da educação presencial e, antes de atuarem na modalidade, limitavam-se ao trabalho em cursos presenciais. Logo, grande parte da construção teórica e prática desses trabalhadores está relacionada à concepção mais tradicionalista de trabalho docente que é bem mais forte na educação presencial do que na EaD.

instituições físicas que definem o movimento espacial dos sujeitos, bem como o horário de início e término do trabalho.

Propomos, então, que uma das possíveis respostas a esse problema esteja atrelada ao desenvolvimento do espírito capitalista nos profissionais que atuam nos cursos a distância e, de forma geral, no ideário que perpassa a EaD. Espírito este que define uma conduta de vida mantida pela ordem legítima – não apenas pelo direito, mas também pela convenção, que influi no sentido subjetivo atribuído à ação social. Buscaremos evidenciar isso nas discussões que se seguem, a fim de estabelecer relações de causalidade entre os tipos ideais que são basilares em nosso empreendimento analítico.

5. A docência na educação a distância imbuída de um espírito do capitalismo

Afirmamos, até agora, que a docência na EaD possui uma intensa racionalização e divisão das funções, muito embora coexista uma flexibilidade caracterizada pelo teletrabalho. Há separação entre os processos de conceber e executar as tarefas, além de uma racionalidade formal que delimita precisamente os papéis de cada membro do coletivo de trabalhadores. Encontra-se, ainda, uma docência mais colaborativa, com atuação de variados profissionais que cooperam com vistas à boa condução do ensino ou da mediação pedagógica. Somam-se a isso as peculiaridades do trabalho virtual ou teletrabalho permeado pela ubiquidade, porque os docentes podem atuar a distância, isto é, de suas casas ou qualquer local com acesso à *internet*.

Mas é evidente que a flexibilidade não tem, como pressuposto, menor exigência ou controle. Sendo um trabalho altamente influenciado pelas especificidades do modo de produção capitalista, a docência na EaD está à luz dos ideais de produtividade. É escusado dizer que, a fim de garantir a lógica de massificação do atendimento, os docentes nos cursos a distância são compelidos para uma conduta baseada na racionalização de suas funções. Sobrepuja-se o caráter mais tradicionalista que, de diferentes formas, mantém certa autonomia para se entregar à busca pela quantidade, ainda que isso seja feito à custa de aspectos importantes, como as próprias condições trabalhistas.

Dessa maneira, para que o professor se submeta à burocratização erigida a partir dos pilares do trabalho capitalista contemporâneo, mais importante do que o estatuto legal, que influencia com certas limitações o sentido subjetivo atribuído ao agir social, tem-se a introjeção de valores decorrentes de uma ordem legítima. O docente na EaD tem flexibilidade no espaço e tempo ao realizar suas tarefas. Porém, inserido dentro de uma complexa divisão e fragmentação, deve garantir a produtividade na medida em que outros profissionais dependem disso para que se consiga atingir os objetivos maiores do processo produtivo. Se não há fiscalização dos movimentos espaciais desse profissional, assim como do horário de início e término do trabalho, de que maneira a instituição garante que ele se sujeite aos ideais mercadológicos de otimização das atividades?

A pressão social que resulta da convenção, enquanto ordem legítima, é, assim como Weber (2016) sugere, menos frágil do que quando mantida puramente por motivos racionais em relação a fins. Todas as definições contratuais ou trabalhistas que se encontram nos editais ou contratos dos

trabalhadores para a EaD garantem maior efetividade quando estão relacionadas à introjeção de uma ética ou um espírito que determina decisivamente a subjetividade da ação social. O docente que começa a atuar nessa modalidade, muitas vezes formado presencialmente e tendo trabalhado apenas em cursos presenciais, depara-se com uma lógica de organização e funcionamento que em pouco – ou nada – se assemelha àquela tradicionalista. O trabalho e, por consequência, o sucesso nele dependem sobremaneira da produtividade. O caráter qualitativo da formação dos alunos é tão somente uma – talvez nem a mais importante – das finalidades subjacentes ao ideário maior da EaD quando definida por uma abordagem sistêmica que visa ao atendimento massificado e à otimização do processo produtivo que compensem os altos investimentos necessários, por exemplo, à infraestrutura física e tecnológica que os cursos a distância demandam, mormente em sua implantação.

Evidências empíricas, cabendo destacar nosso estudo recente¹¹ (VELOSO, 2020), desvelam que os trabalhadores da EaD, a despeito da flexibilidade, sobrecarregam-se não apenas por acumular as funções na modalidade com outras devido à baixa remuneração, mas também por introjetarem valores muito próximos de um espírito capitalista, em que o sucesso no trabalho se deve, inclusive, à intensificação e não apenas aos impactos de sua atuação na vida dos sujeitos sobre os quais ele incide. Não estamos dizendo, evidentemente, que os docentes nos cursos a distância não se preocupam com a qualidade do ensino e da aprendizagem. Ao contrário, muitos deles se sobrecarregam justamente pela tentativa de conciliar quantidade e qualidade. Estamos afirmando, mais especificamente, que a atuação na modalidade, uma vez que a EaD se constitui enquanto contexto social balizado por lógicas próprias de funcionamento, tem implicações importantes para a conduta de vida e para a ação social. É como se a subjetividade dos trabalhadores estivesse imbuída de um espírito que considera o trabalho pelo trabalho.

A qualidade da formação dos alunos, a experiência adquirida nos cursos, a remuneração que complementa a renda mensal, dentre outros, são importantes, mas são validados pelo sucesso na docência que é materializado pelos resultados quantitativos. Não são raros, em nossas análises, profissionais que, ao falarem a respeito da sobrecarga decorrente do trabalho na EaD, busquem mitigá-la considerando que isso está relacionado a valores individuais e não às obrigações impostas pela instituição. Ou seja, com a ordem legítima que circunscreve a lógica de funcionamento nos cursos a distância, consegue-se influir no sentido subjetivo atribuído às ações sociais que são orientadas por valores¹² para além dos motivos racionais em relação a fins. Parece-nos que,

¹¹ Nosso estudo direciona-se à realidade da docência na EaD em universidades públicas. Mais precisamente, investigamos as experiências no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). De qualquer forma, acreditamos que as evidências obtidas em nossa pesquisa são pertinentes para a discussão aqui empreendida, sobretudo ao considerar que o ideal capitalista tende a estar ainda mais presente na educação privada com fins lucrativos. Ou seja, se nas instituições superiores públicas, cujas práticas ainda preservam, historicamente, um caráter tradicionalista, encontra-se indícios de um espírito do capitalismo, esse mesmo espírito tende a ser encontrado de modo significativamente mais acentuado noutras realidades.

¹² Isso é decisivo para legitimar uma ordem, pois como Weber (2016) nos mostra, a ação social orientada por valores se preocupa com aquilo que o indivíduo considera correto e que esteja associado a uma espécie de missão na vida. Menos importante do que os resultados e os

frequentemente, o discurso dos docentes da modalidade está permeado por uma ética capitalista, em que se faz menoscabo daquele trabalho que não é, em si, produtivo. Bom profissional, por exemplo, é aquele que atua nos fins de semana ou na madrugada, exercendo suas funções nos tempos que seriam de reprodução sem, no entanto, criticar a sobrecarga. Pois não ser produtivo, num discurso sustentado pelo trabalho capitalista contemporâneo, é ter insucesso profissional. Acreditamos que a EaD, para manter sua estrutura de funcionamento, tem se utilizado desse pressuposto sob uma ordem considerada legítima e bem-vinda ao capitalismo.

Esse ideário que perpassa a docência nos cursos a distância também traz implicações para os discentes. Branco, Conte e Habowski (2020), ao investigarem motivos relacionados à evasão dos alunos na EaD, concluem que os altos índices de evadidos evidenciam uma lógica voltada para o mercado. Existe uma preocupação maior com a obtenção de lucros, ou seja, com o valor econômico das matrículas, relegando a um segundo plano elementos como gestão comunicacional e, sobretudo, interesse na formação humana. Os autores defendem que as problemáticas da EaD não estão circunscritas unicamente pela democratização do acesso educacional, mas pela qualidade do processo formativo ofertado aos alunos (BRANCO; CONTE; HABOWSKI, 2020). Isso significa que, na perspectiva dos discentes, constata-se também uma lógica mercantilista. Os quantitativos são em demasia importantes para as instituições, muitas vezes até mais do que a qualidade dos cursos.

Branco, Conte e Habowski (2020) afirmam, além disso, que, concernentemente ao papel dos professores e tutores, pode-se destacar, por meio da evasão, fatores recorrentes, dentre os quais ressaltamos dois que são pertinentes à nossa discussão, a saber, alta rotatividade e trabalho restrito àquilo que é programado. Certamente, essas características que acabam incidindo sobre a evasão se relacionam, em diferentes níveis, ao espírito do capitalismo que rege as práticas em EaD. Primeiramente, a alta rotatividade desvela o objetivo precípuo do empreendimento capitalista naquilo que diz respeito à persecução de lucro, resultando em postos de trabalho altamente fragilizados que contribuem para a proletarização da docência.

Quando as funções são burocratizadas, especializadas, cindidas em muitos fragmentos e totalmente dependentes de aparato técnico, tem-se as condições que viabilizam a desvalorização do trabalho humano. Isso, por sua vez, relaciona-se ao exercício de funções circunscritas ao programado (BRANCO; CONTE; HABOWSKI, 2020), pois a racionalização das atividades, como anteriormente mencionado, retira as interferências sentimentais e puramente pessoais do trabalho. Disso resulta que, com a precarização – ou proletarização – intrínseca à docência na EaD, já discutida por nós (VELOSO, 2020), observa-se uma alta rotatividade, especialmente na tutoria. Assim, o espírito capitalista exerce influência nas atividades docentes que, conseqüentemente, tendem a retirar ou dificultar o caráter humano da mediação pedagógica, contribuindo também para a evasão, como mostra Branco, Conte e Habowski (2020).

Pois bem, Weber (2013) mostra que essa superação do trabalho artesanal – ou também humano – que cede ao espírito do capitalismo consegue

objetivos últimos é agir de acordo com aquilo que o sujeito acredita e introjeta como máxima a ser seguida.

êxito quando se ultrapassa a ética tradicionalista. A perseguição de lucros, a organização racional das atividades, a otimização do processo produtivo etc. se tornam legitimadas e preponderantes, de modo que, aos demais, alheios a essa nova lógica de funcionamento, restam duas escolhas: adequar-se às exigências do trabalho capitalista ou sucumbir-se. Certamente, quando nos referimos ao espírito do capitalismo, não estamos tratando, *ipsis litteris*, das sentenças de Benjamin Franklin que Weber (2013) lança mão para aclarar o conceito construído como tipo ideal. Até porque, por espírito capitalista, vê-se uma extensa definição que deve ser considerada na totalidade da análise do sociólogo, como ele mesmo afirma. Isso significa que a ética que buscamos encontrar, nestas páginas, na docência da EaD não tem relação, ao menos para os docentes, com a aquisição de capital, a obtenção de crédito, a multiplicação dos lucros, ou outros.

O trabalhador que atua nos cursos a distância mantidos sob ideais do trabalho capitalista contemporâneo é, antes de qualquer coisa, um assalariado, e não um detentor dos meios de produção – trata-se, por vezes, de um proletário. Nesse sentido, interessa-nos ressaltar que as relações causais propostas compreendem a docência na EaD como categoria profissional imbuída de uma ética altamente atrelada ao espírito do capitalismo. Entendemos que o docente, enquanto indivíduo, sujeita-se a esse ideário maior do trabalho nessa modalidade, não sendo ele responsável por criá-lo, muito menos por persegui-lo. Tal precisão analítica é imprescindível, pois esclarece que a submissão dos profissionais à ordem legítima que estamos chamando de ética é condição *sine qua non* para que eles possam obter sucesso ou, ao menos, para que se mantenham na docência em cursos a distância. Quanto mais o espírito do capitalismo estiver presente na EaD, enrijecendo-se e, conseqüentemente, tornando-se predominante, maiores serão os impactos no sentido subjetivo atribuído à ação social orientada por valores e mais fácil será a superação do caráter tradicionalista. Recorremos às palavras de Weber (2016, p. 644, grifo nosso):

[...] Mas quando um funcionário chega diariamente ao seu escritório na mesma hora, isto não ocorre apenas por causa de um costume (ou por causa de um hábito) arraigado, nem tampouco por causa de uma situação de interesse – que seria possível entender – mas também (pelo menos via de regra) por causa da “validade” de uma ordem (regulamento do serviço), que é considerada como um mandamento e cuja transgressão não somente traz prejuízos, mas que (normalmente) **é rejeitada devido ao “sentimento do dever” pelo próprio funcionário (dos mais diversos graus possíveis e imagináveis, obviamente).**

Tem-se uma constelação de interesses em razão dos quais o sujeito se submete a um tipo de dominação ou, além disso, a uma orientação que baliza o agir. Em se tratando de EaD, o docente pode, como já mencionamos, recorrer à modalidade objetivando experiência profissional, complementação de renda, realização pessoal, etc. No entanto, a multiplicidade de fatores deve contar com a “sensação de dever” enquanto sentimento comum experimentado pela maior

parte dos trabalhadores no intuito de assegurar a produtividade e o atendimento às exigências do trabalho capitalista contemporâneo.

A dominação burocrática só atinge o necessário sucesso em seu empreendimento no contexto da EaD quando garante que os docentes estarão sujeitos à racionalização e à intensificação de suas tarefas independentemente da separação no tempo e/ou no espaço entre empregador e empregados. Desenvolve-se, portanto, um espírito capitalista no sentido de aceitar e apreender as máximas que regem o modo de produção na contemporaneidade, ainda que os docentes, individualmente, não sejam guiados pela persecução de lucro. “Atualmente, esse processo de racionalização no campo da técnica e da organização econômica certamente condiciona uma parcela importante dos ideais de vida da moderna sociedade burguesa” (WEBER, 2013, p. 76).

Quem almeja o lucro racional e sistemático é a instituição que se utiliza da EaD como forma de ampliar o atendimento, otimizar o trabalho e diminuir os gastos. O docente, por sua vez, insere-se nesse contexto como trabalho humano necessário à empresa capitalista que, na visão marxista, orienta-se pela extração de mais-valia. O espírito do capitalismo incide sobre a docência enquanto categorial profissional e, assim, é capaz de inculcar valores que influem na ação social. Esse é um fenômeno que já perpassa vários âmbitos da sociedade, sobretudo em áreas que cederam há algum tempo à flexibilização do processo produtivo como forma de manter o empreendimento capitalista após as crises da década de 1970.

Ora, nossa análise demonstra, então, que esse trabalho contemporâneo que recorre a formas de dominação mais intrincadas como a constituição de uma ética própria mantida por uma ordem legítima também está conquistando a EaD. A superação exitosa da docência assentada num ideal tradicionalista depende da introjeção de valores e da legitimação de determinadas condutas de vida que possam garantir a produtividade ainda que os sujeitos estejam dispersos no tempo e/ou no espaço. Os cursos a distância com abordagem sistêmica têm se mostrado terreno fértil para o desenvolvimento dessa ética que, inclusive, desborda para a educação presencial. Nesse prisma, é como se a EaD se tornasse uma espécie de incubadora capaz de cultivar as condições fundantes do trabalho capitalista contemporâneo, para que estas, depois da maturação, possam com mais facilidade superar as atividades de caráter tradicional, contribuindo para instaurar, posteriormente, uma lógica mercantilista em todo o âmbito educacional. Estamos em face de jaulas ou gaiolas de ferro que ostentam novos invólucros, mas que, em sua essência, são iguais às de outrora?

6. Considerações finais

Tomando o mesmo cuidado metodológico que Weber (2013) ao fim de sua análise sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, salientamos que não é nossa intenção substituir uma interpretação materialista – ou qualquer outra que seja – da docência na EaD por uma constituída a partir da sociologia compreensiva. A atuação docente nessa modalidade, sendo um fenômeno social, apresenta-se muito complexa e não deve ser apreendida de maneira unívoca. Acreditamos, aliás, que diferentes olhares para o mesmo objeto são fundamentais para que se possa compreendê-lo em profundidade, tendo em vista os múltiplos fatores que exercem algum tipo de influência sobre ele.

Logo, nosso empreendimento analítico se contenta em contribuir com uma discussão weberiana a respeito da docência na EaD. Esta que, assim como dados empíricos demonstram, possui um ideário distinto da educação presencial, orientando-se pela produtividade, racionalização do trabalho, divisão das tarefas, uso intenso das tecnologias digitais e outros elementos que estão mais próximos de áreas sustentadas por perspectivas mercadológicas alinhadas ao modo de produção capitalista. Partimos da hipótese de que, para além dos instrumentos legais que, de fato, determinam as condições dos trabalhadores, encontram-se pressões do contexto micro e, especialmente, macroestrutural. Os aspectos sociais são importantes para o entendimento das relações entre os indivíduos, mas também para a compreensão dos valores que parecem ser introjetados nos sujeitos colimando garantir os objetivos maiores de produtividade.

Portanto, nas discussões deste ensaio, relacionamos o tipo ideal do trabalho capitalista contemporâneo, permeado pelo espírito do capitalismo, com a docência na EaD em cursos com abordagem sistêmica. Estabelecemos, então, relações de causalidade, uma vez que a lógica de funcionamento das atividades docentes nessa modalidade deve contar com uma ordem legítima que influi no sentido subjetivo atribuído à ação social muito além do estatuto legal que delimita as funções dos trabalhadores. Evidencia-se uma ética própria na docência como categoria profissional, que acaba por influenciar decisivamente o trabalho. A atuação na EaD aparentemente se orienta pelo ideal de produtividade, de sorte que o sucesso nas atividades está muito relacionado ao quantitativo.

Não obstante, é preciso considerar que nossas apreciações são incipientes, em especial porque pesquisas sobre essa modalidade que se utilizam da sociologia compreensiva são escassas. Outros estudos devem ser feitos, seja com vistas a um aprofundamento para observar a relação entre teoria weberiana e EaD, seja objetivando trazer novos olhares para o mesmo fenômeno. A literatura da área conta, atualmente, com boas investigações sobre a docência em cursos a distância a partir de postulados do marxismo. Todavia, consideramos que são necessárias pesquisas a partir de outras perspectivas epistemológicas, como já vem sendo feito. Este artigo, assim sendo, pretende contribuir para desvelar o trabalho docente na EaD por meio de explicações da realidade empírica que têm, como matriz analítica, a sociologia compreensiva.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na Educação a Distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 25, p. 132-154, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000100132. Acesso em: 09 abr. 2021.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A sociologia de Max Weber**. Tradução de Cláudio José do Valle Miranda. Petrópolis: Vozes, 2016. 175 p.

COSTA, Júlio Resende; VALLIN, Celso. Pressupostos teóricos para a docência na EaD: reflexões preliminares acerca da mediação pedagógica. **Revista Científica Internacional**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 28, p. 160-171, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/275>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; GRÜTZMANN, Thaís Philipsen; PALAU, Roberta de Carvalho Nobre. A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 38, p. 235 - 257, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1549>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MILL, Daniel; LAPA, Andrea. Trabalho docente virtual. *In*: MILL, Daniel. (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 646-651.

MILL, Daniel; VELOSO, Braian. Polidocência na educação a distância. *In*: MILL, Daniel. (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 506-510.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Trad. Robert Galman. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

MORAES, Lúcio Flávio Renault de; FILHO, Antonio Del Maestro; DIAS, Devanir Vieira. O Paradigma Weberiano da Ação Social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 7, ed. 2, p. 57-71, abr./jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000200004. Acesso em: 3 ago. 2020.

PIRES, Aline Suelen. As novas configurações espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-sp. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 36, n. 106, e3610605, 2021. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092021000200507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Nascimento de; MILL, Daniel. Teletrabalho docente, cultura digital e as transformações na legislação trabalhista. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 47-60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/21854>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SCHLESENER, Anita Helena. A fragmentação do trabalho docente na EaD na educação superior e a extração de mais-valia. *In*: PEREIRA, M. de F. R.; MORAES, R. de A.; TERUYA, T. K. (org.). **Educação a Distância (EaD): reflexões, críticas e práticas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 155-172. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-2>. Acesso em: 4 ago. 2020.

VELOSO, Braian. **A condição da docência na educação a distância pública brasileira**. Curitiba: CRV, 2020. 150p.

VIEIRA, Luiz Renato. Racionalização e mudança social em Max Weber. **Educação a Filosofia**, Uberlândia, v. 7, ed. 14, p. 179-188, 1993. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1081>. Acesso em: 28 jul. 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 580 p. v. 2.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. 687 p.

Enviado em: 04/agosto/2020 | Aprovado em: 04/maio/2021